

O luto de crianças institucionalizadas em casas abrigo¹

Valéria Tinoco

Introdução

Acordei com frio. Ei, meu pijama está curto, será que eu cresci? Não, este não é o meu pijama! A minha cama ficava encostada na parede, para onde foi a parede? Cadê os meus chinelos? O que estes estranhos estão fazendo no meu quarto? Para onde foram Maria, Ana e Pedro? Será que eles foram sequestrados? Será que eu fui sequestrado? Devo estar tendo um pesadelo. Saí do quarto, fui à cozinha beber água...onde está a cozinha? Foi quando eu ouvi:

- Ei, a cozinha é do outro lado!

- Mas antes ficava aqui.

- É, antes...mas agora esta é a sua casa, esta é sua família, estes são seus pijamas.²

Muitos estudiosos das décadas de 40 e 50, influenciados pelo número de crianças órfãs e pela inserção da mulher no mercado de trabalho, após as Guerras Mundiais, apontaram para a necessidade de se pesquisar os efeitos da separação materna durante a infância. Bowlby, Anna Freud, Burlingham, Erickson, Spitz, Jacobson, psicanalistas da época, **reconheciam a importância vital de uma relação estável e permanente com uma figura materna amorosa, durante toda a infância** (Bowlby, 1960,1979/1990).

Outros estudos (Bowlby, 1969/1993b, c; 1979/1990; Bromberg, 1994, James, 1994, Jewett, 1994) **relacionam a existência de distúrbios psicológicos e problemas psiquiátricos na fase adulta, com a experiência de separação, perda dos pais e/ou outros tipos de perda na infância. Os prejuízos causados por estas experiências podem levar a uma deterioração da capacidade de estabelecer e/ou manter vínculos afetivos. Se a separação ou perda sofrida pela criança for sucedida por outras perdas e se ela não puder contar com o cuidado contínuo de um substituto, com quem possa se ligar, poderá ser mais difícil para a criança aceitar a perda e se reorganizar.**

¹ Este material é parte da dissertação de mestrado que está sendo elaborada pela autora no Núcleo de Família e Comunidade da Pós- Graduação em Psicologia Clínica da PUC/SP.

² Trecho de material elaborado para o *Curso para Educadores – Módulo I* do Projeto Semear, ministrado por Luciana Mazorra e Valéria Tinoco, 2001.

Não só a perda é tida como a causadora de distúrbios, mas, principalmente, as **consequências e acontecimentos que a precedem e a sucedem** (Bowlby, 1964/1995; Bowlby, 1969/1993c; Rutter, 1979, 1985; Ferreira, 1984). **Tão mais destruturador será para a criança se, além da separação e perda, ela não tiver alguém para assumir seu cuidado, não puder expressar seus sentimentos e tê-los compreendidos, tiver vivido perdas anteriores mal elaboradas e passar por novas perdas, entre outros.** Por outro lado, **se as crianças puderem contar com uma relação segura com um cuidador substituto, possuírem boa auto-estima, capacidade de enfrentamento e estiverem num ambiente que possibilite a vivência de experiências construtivas, haverá a possibilidade de terem os efeitos da situação adversa minimizados.**

Crianças têm a experiência de estarem separadas temporária ou definitivamente de seus pais, por motivos diversos: morte do(s) genitor(es), abandono, rejeição, incapacidade de cuidado por parte do(s) genitor(es) (abuso, negligência, abuso de álcool ou drogas, prisão, doença mental, doença física, falta de condição financeira) e causas desconhecidas.

A criança que é institucionalizada em uma casa abrigo passa por uma experiência que, inevitavelmente, envolve perdas: perde muitos de seus referenciais de vida, às vezes todos, ao mesmo tempo. É esta a idéia que a história contada no início deste capítulo pretende transmitir. Para a criança que é institucionalizada, o mundo que ela conhecia deixa de existir – ainda que, em alguns casos, temporariamente – tendo que passar por um grande desafio: incorporar, em sua história, um novo mundo e novas referências. O universo que lhe era familiar e conhecido, mesmo que muitas vezes conturbado e até perigoso, é substituído pela instituição que a recebe. Isto pode fazer com que sua identidade fique ameaçada, pois perde os alicerces que a sustentam: seus pais, cultura familiar, comunidade. O passado, o presente e o futuro ficam abalados, e a criança perde a sensação de segurança e controle em relação ao que vai acontecer com ela (Marin, 1999, Mazorra e Tinoco, 2001).

A passagem pela institucionalização é muito intensa e difícil para todos os envolvidos: criança, pais, profissionais. Trata-se de uma experiência de perda, e a adaptação a este momento, envolverá a vivência de um processo de luto. Entendendo o luto como uma reação normal e esperada diante do rompimento de um vínculo e como um processo essencial para que haja a elaboração de uma perda (Bowlby, 1969/1993c,

Parkes, 1998; Worden, 1998), na institucionalização de uma criança, muitos lutos deverão estar presentes.

Neste capítulo, serão apresentadas algumas reflexões a respeito da criança que é institucionalizada diante da impossibilidade de ser cuidada por seus genitores e as perdas e lutos envolvidos.

O interesse por este tema surgiu a partir de uma experiência com crianças institucionalizadas, que perderam a família de origem por abandono, ou morte. De 1998 a 2004, fiz parte do Projeto Semear, atendendo em psicoterapia crianças e adolescentes institucionalizados em casas abrigo. Este projeto foi desenvolvido por um grupo de profissionais da área da saúde (psicólogos, psicopedagogos, médicos), tendo, como objetivo principal, oferecer atendimento psicoterapêutico a crianças e adolescentes institucionalizados. A maioria destas crianças passou, ou está passando por alguma(s) destas situações: separação (provisória ou definitiva), abandono, violência, morte, outras perdas. O Projeto Semear trabalha com a perspectiva de que estas crianças e adolescentes possam formar um vínculo seguro com os psicoterapeutas, acrescentando-lhes esta experiência, para que, a partir daí, possam reconstruir suas histórias de forma mais saudável.

O número de crianças e adolescentes institucionalizados no Brasil pode chegar a cem mil. De acordo com dados do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - (IPEA, 2003), há no Brasil seiscentos e trinta abrigos cadastrados

pela Rede de Serviços de Ação Continuada, atendendo vinte mil crianças. Estes números devem representar 20% do número real de abrigados no país, segundo o próprio instituto. Na cidade de São Paulo, pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e outros parceiros (SAS, 2004) estima que haja quatro mil, oitocentos e quarenta e sete crianças e adolescentes abrigados nos cento e noventa abrigos da cidade, sendo que estes números podem ser muito maiores, pois há discrepância em alguns dados recolhidos pela mesma. Deste total, 61% têm idade de zero a onze anos e 33% foram abrigadas por negligência dos pais, ou abandono. Outros dados são importantes no que diz respeito ao tema aqui abordado: 31% passaram por dois abrigos diferentes e, para 65% dos abrigados, não há perspectiva de desabrigamento. Segundo o IPEA (idem), 51,9% dos abrigamentos duram mais de dois anos, sendo que 6% das crianças e adolescentes vivem por mais de dez anos nas instituições.

A necessidade de refletir sobre a criança³ que está abrigada, sobre o processo de institucionalização e a discussão sobre caminhos que possam facilitar esta experiência ganham papel importante diante deste universo.

A criança separada de seus pais: contribuições da Teoria do Apego

³ Apesar da opção por estudar a criança, algumas das reflexões aqui realizadas também podem ser válidas para os adolescentes institucionalizados em casas abrigo. Porém, a adolescência e suas especificidades não serão abordadas, sendo a criança o foco deste estudo.

A perda da figura de apego primária representa a perda de tudo para a criança: a perda do amor, segurança, proteção.

Beverly James, 1994.

Ao descrever a relação da criança com a mãe em sua presença e em sua ausência e a influência desta relação na compreensão da personalidade, a Teoria do Apego, formulada por John Bowlby, alcançou lugar de destaque na compreensão da formação e do rompimento dos vínculos afetivos.

Segundo Bowlby, a criança desenvolve o comportamento de apego pela figura com quem mantém proximidade, comumente a mãe, buscando fonte de confiança e proteção. O desenvolvimento deste comportamento se dá numa experiência de cuidado contínuo e afetivo com a mãe ou substituto, sendo essencial para sua saúde mental. A partir de uma linha metodológica prospectiva, segundo a qual estuda os efeitos posteriores de uma vivência, Bowlby acredita que a privação materna na infância é uma experiência prejudicial ao desenvolvimento psicológico da criança (Bowlby 1969/1993a; b; 1979/1990).

Bowlby e seu colega James Robertson encontraram resistência na aceitação da idéia de que a ausência da figura materna poderia provocar reações nocivas às crianças, como aflição e desolação. Os autores e outros colegas sabiam da importância da variável *mãe ausente* nestas reações, embora também soubessem que não era a única interferência. Além das reações durante o período de separação, eram observadas as reações após o retorno das crianças a seus lares e ao cuidado materno. Durante um curto período de separação entre mãe e criança, observava-se um intenso sentimento de perda e reação de raiva. Após o retorno, algumas reagiam com veemente necessidade de ficar grudada à mãe, enquanto outras reagiam com rejeição (Bowlby 1969/1993a; b; c).

Aquelas que eram separadas de suas mães por um longo período de tempo e eram cuidadas por pessoas estranhas em lugares não familiares reagiam de forma parecida: apresentavam reações de protesto, desespero e desapego. Crianças de um ano e meio a três anos que tinham relacionamento próximo à mãe e que nunca haviam se separado dela reagiam no primeiro momento, protestando a ausência e buscando a figura da mãe, rejeitando qualquer outra figura estranha que viesse a seu encontro. Num segundo momento, ia perdendo a esperança de encontrá-la, embora a preocupação com sua ausência continuasse enorme. A criança ficava retraída e inativa, num processo de

enlutamento. Após estas duas fases, que não são estanques e separadas, mas se mesclam, a criança passava a estar disponível para se interessar pelo ambiente e pelas pessoas, aceitando seu contato e parecendo dar sinais de maior tranquilidade – isto considerando um ambiente que possibilitasse este interesse. Foi observado que, diante do reencontro com a mãe, após este período, a criança se mostrava apática, distante e indiferente (Bowlby 1969/1993a; b; c).

O adulto cuidador, que proporciona a proteção necessária para a criança, irá ajudá-la a enfrentar situações que seriam muito assustadoras se tivesse que encará-las sozinha. Outros adultos podem ajudar a lidar com situações menos difíceis, mas, em situações de ameaça e vulnerabilidade, só a figura de apego pode dar o conforto necessário, sendo hierarquicamente a mais importante. A perda da figura de apego traz medo e desespero, que não podem ser suavizados, já que, quem teria condições para isto está ausente (Bowlby, 1969/1993b; James, 1994). Isto não quer dizer que outras figuras não tenham papel importante, dando suporte e segurança durante a separação, mas que a perda da figura de apego não pode ser prontamente elaborada, sem profundo sofrimento e sem que passe por um processo de luto.

A vivência do processo de luto é pensada, portanto, como etapa necessária para possibilitar a reorganização em crianças que sofreram abandono e tiveram vínculos rompidos. A criança que vivencia situações de separação e perda passa por um processo de luto, que pode ser vivido de diferentes maneiras. Há tarefas psíquicas específicas deste processo, necessárias para que ocorra a elaboração: aceitação da realidade da perda; elaboração da dor da perda; ajustamento a um ambiente novo; internalização e resignificação da relação perdida e continuação da vida (Bowlby, 1969/1993c; Jewett, 1994, Worden, 1998). Estas tarefas dependerão, além da condição interna, também das condições do ambiente, para que ocorram de modo favorável.

Independente da idade da criança, a separação da mãe pode ser uma vivência traumática, principalmente se ela for removida para um lugar estranho e com pessoas estranhas: o aparelho mental é atingido por uma série de informações que não pode absorver prontamente. Como consequência da separação, surgem reações, como aflição prolongada, depressão, negação ou cisão – processos defensivos resultantes do trauma (James, 1994; Bowlby, 1969/1993c; Katz, 1997).

Embora, muitas vezes, não seja possível evitar que uma situação de rompimento de vínculos aconteça, há meios de reduzir o prejuízo e/ou possibilitar uma elaboração e reconstrução saudável de vínculos. Na época de seus estudos, Bowlby (1979/1990),

empenhou-se na busca por estas descobertas, “o estudo de respostas à perda da figura materna nos primeiros anos de vida é um dos mais promissores (...) existe a probabilidade de nos tornarmos capazes de desenvolver medidas para impedir, pelo menos, algumas formas de enfermidade mental.” (p.60).

Durante seus estudos e pesquisas, Bowlby deu ênfase à separação mãe-criança como causadora de sérios prejuízos para o desenvolvimento da criança. No entanto, ao longo dos anos, passou a considerar fortemente a idéia de que outras variáveis teriam grande influência nas conseqüências de uma separação e que, portanto, nem todas as crianças sofreriam o mesmo prejuízo e teriam seu desenvolvimento comprometido. É possível acreditar que estudiosos mais atuais da Teoria do Apego têm, nesta ampliação de pensamento, respostas para muitas de suas críticas.

O modo como era a relação com a pessoa perdida, seja por separação ou morte, como ocorreu a perda e como a criança foi cuidada posteriormente poderá funcionar como fator de risco⁴, ou fator de proteção, no processo de elaboração do rompimento do vínculo e na possibilidade de se vincular novamente.

Quanto mais estranho for o ambiente, maior a reação de protesto. Quanto menos estranho for o ambiente e quanto menos mudar a figura cuidadora, menor será a aflição. Além desta variável, outros fatores ligados à criança, à relação perdida e à situação na qual ocorreu a separação também podem contribuir positiva ou negativamente, para a significação e capacidade de enfrentamento da criança (James, 1994; Bowlby, 1969/1993b):

- a) fatores ligados à criança: sexo, idade, habilidade verbal, história biopsicosocial, nível de desenvolvimento, capacidade de lidar com situações adversas;
- b) fatores ligados à relação perdida: relação anterior com a mãe, estado emocional da mãe;
- c) fatores ligados à situação na qual ocorreu a perda e cuidados posteriores: contexto no qual o evento ocorreu, cuidado e ambiente substituto, suporte disponível de outras figuras de apego.

As instituições que recebem as crianças que perderam o vínculo com suas famílias têm grande influência no que diz respeito aos fatores ligados à situação na qual

⁴ Atualmente alguns autores têm considerado melhor não utilizar o termo fator de risco por entenderem que demonstra que o risco de um prejuízo já está determinado e propõem que se utilize “mecanismos de risco” ou “situação potencialmente geradora de risco” (ver discussão em Rutter, 1993 e Casellato, 2004). Neste texto, optou-se por continuar utilizando o termo, entendendo que uma determinada situação ou acontecimento considerado fator de risco pode, ou não, se concretizar numa situação de risco.

ocorreu a perda e cuidados posteriores, apesar de muitas vezes não terem esta consciência. A chave para a possibilidade de elaboração dos lutos e a reconstrução de vínculos sadios para seu desenvolvimento pode estar presente na ocorrência, ou não destes fatores, que a instituição tem possibilidade de influenciar.

Institucionalização e luto

As crianças não são lousas das quais o passado pode ser apagado com uma esponja, e sim seres humanos, que carregam consigo suas experiências anteriores e cujo comportamento presente é profundamente influenciado por tudo o que se passou antes.

Bowlby, 1951/1995

A vivência da criança que é institucionalizada em uma casa abrigo normalmente envolve, além do afastamento de sua família e de sua casa, perdas referentes a tudo o que era conhecido: brinquedos, comidas, cheiros, hábitos, contato com vizinhos e comunidade, escola, colegas, lugares conhecidos que freqüentava. Trata-se, portanto de uma experiência de perdas múltiplas para a criança.

Concordando com Jewett (1994), a ida da criança para um lar substituto é uma nova perda que se soma à perda dos pais. Cada nova perda irá trazer memórias das outras perdas e fortes sentimentos e reações, muitas vezes somando-se a outras que ainda não foram elaboradas. A criança que não se adapta a um novo lugar, seja a instituição, seja uma família substituta ou adotiva, o faz, não só pelo luto e tentativa de reaver a família original, mas porque o fato dela estar lá concretiza que aquilo que foi perdido não está disponível e a chance de voltar à família parece ficar mais distante. O novo, pelo menos num primeiro momento, não pode ser visto como algo bom.

É comum observar nestas crianças reações, tais como choro, tristeza, depressão, raiva, culpa, relutância em aceitar coisas novas, apatia, isolamento, queda no rendimento escolar, hiperatividade, dificuldade de concentração, somatizações, problemas de sono e de alimentação. Trata-se de reações normais de enlutamento diante das perdas sofridas e que precisam ser acolhidas e entendidas como tal. Quando, por exemplo, a criança apresenta comportamento agressivo, ou não apresenta interesse por estudar, ou ainda, manifesta intensa apatia, pode estar reagindo a tudo o que está vivendo, na tentativa de se adaptar à nova situação, mas estas reações podem ser confundidas com má-educação, delinqüência, ingratidão pelo cuidado oferecido.

Ao longo de dez anos de experiência com crianças e cuidadores em instituições foi possível reunir alguns exemplos que podem ilustrar as reflexões aqui apresentadas.

João ficou institucionalizado dos quatro aos cinco anos de idade, pois seu pai havia morrido e sua mãe foi presa. Foi morar com uma tia quando esta foi localizada, voltando para a escola que freqüentava antes da institucionalização. Muito agitado, com dificuldade de concentração e agressivo na escola, era visto como mau aluno pelos professores e pela tia. Após orientações, a tia e a escola passaram a contê-lo quando tinha ataques de agressividade e diziam que entendiam que esta era sua maneira de manifestar-se diante de tudo o que lhe acontecera e do medo de ser abandonado novamente, a mesma forma de compreensão da terapeuta. João passou a pedir ajuda quando achava que ia ficar agressivo e também para as tarefas escolares, retomando o processo e aprendizagem.

Vale lembrar que o abandono é uma experiência traumática para a criança, que precisa de uma rede de sustentação que possa trazer-lhe de volta a sensação de controle e estabilidade perdida, para que possa enfrentá-la. A capacidade da criança para o enfrentamento de situações adversas depende de ajuda externa. Apesar de algumas crianças possuírem força e capacidade individual para lidar com as adversidades, elas não podem fazer isto sozinhas (Rutter, 1985; 1993 e Katz, 1997).

Em experiências de separação prolongada ou permanente, a criança se vincula a outras figuras e, quando perde também estas, reage intensamente às novas separações. Quando este processo de apegar-se e perder se dá muitas vezes, a criança vai se ligando cada vez menos, podendo não apegar-se a mais ninguém, não reagindo mais a separações e reencontros (Bowlby, 1969/1993 b). Nesta situação, a criança aparentemente parece adaptada ao meio, mas é uma adaptação superficial, na tentativa de proteger-se de novas perdas.

Uma criança de três anos que fora abrigada pela segunda vez em sua curta vida chorou sem parar por quatro dias seguidos e nas semanas seguintes chorava cada vez que os educadores trocavam de turno. Após este período, o choro cessou e ela passou a ficar entretida em segurar uma bolinha, não mais reagindo à presença ou ausência de qualquer adulto. De uma educadora ouvi: Ela já está bem melhor, não chora mais e só liga para esta bolinha.

Se o ambiente familiar onde a criança estava era muito desestruturado, ela pode ter no abrigo mais estrutura e proteção. O papel da institucionalização, neste sentido, torna-se fundamental e é, talvez, a única possibilidade de estabilidade. No entanto, algumas instituições podem também não ser local de proteção, assim como não era o ambiente familiar.

As perdas devido ao abandono não ocorrem apenas no momento da institucionalização, mas, com certa freqüência, repetem-se dentro da própria casa

abrigo: (a) os profissionais que cuidam das crianças deixam o emprego, ou são remanejados, deixando de ter contato com a criança; (b) as crianças são desinstitucionalizadas (voltam para suas famílias, são adotadas, fogem) e (c) crianças são transferidas de uma casa abrigo para outra. Como já foi dito anteriormente, a ocorrência de perdas sucessivas constitui um fator de risco para o desenvolvimento emocional inadequado da criança que, somadas à forma como acontecem, podem contribuir para que a tarefa de enfrentamento e reconstrução dos vínculos se torne mais difícil.

Apesar de haver uma crença fundamentando que situações adversas tendem a se repetir no indivíduo, existe a linha de pensamento que diz que, se for possível evitar outras adversidades no presente, mesmo que a criança tenha passado por uma situação adversa no passado, esta tendência pode não se confirmar. Do mesmo modo, experiências traumáticas que forem elaboradas adequadamente podem enfraquecer o impacto de traumas vividos posteriormente (Rutter, 1985).

Observa-se que as mudanças ocorridas dentro da instituição, como as exemplificadas, muitas vezes acontecem de forma abrupta, sem que a criança seja preparada para tanto. Os efeitos psicológicos de múltiplas mudanças de instituição podem ser mais danosos que a situação de risco vivida em casa (Katz, 1997).

Certo dia, uma criança que era vista como agressiva pelos profissionais de uma instituição envolveu-se numa briga com outra criança e o responsável pela instituição determinou que ela fosse transferida imediatamente para outra casa abrigo. No fim deste mesmo dia, foi transferida para outra casa, deixando para trás todos os seus pertences e seus dois irmãos. Anos depois, ainda encontrava restrições para falar ao telefone e encontrar os irmãos.

Não se pretende aqui julgar os profissionais envolvidos em situações como estas, ou os motivos pelos quais estas mudanças ocorreram, mas destacar o caráter violento de sua condução. Não poder despedir-se, não poder levar consigo objetos que lhe passem segurança, ou que lhe sejam referência de algo conhecido, não poder organizar-se para continuar em contato com as pessoas conhecidas, não saber para onde vai e não encontrar um local preparado para recebê-la e são fatores de risco para a elaboração desta perda. Numa mudança como esta, que envolve tantas perdas, o modo como é realizada pode conduzir a uma complicação maior da situação, tornando-se uma vivência traumática para a criança.

No exemplo citado, ou em outras situações nas quais a instituição não é vista pela criança como lugar seguro e confiável, há o perigo de que a sensação de falta de

controle seja acentuada, impedindo a elaboração saudável do luto, no qual a reconquista da confiança e estabilidade é fundamental. Na elaboração do luto decorrente da institucionalização, entende-se que a criança precisa reconhecer o que foi perdido e, a partir da vivência de novas relações de segurança, pode fazer planos para o futuro, continuar a desenvolver-se.

Se a criança puder ser incluída e participar ativamente das decisões que lhe dizem respeito, tiver ajuda para compreender o que vai lhe acontecer e o porquê, e tiver oportunidade de conversar sobre seu futuro, práticas realizadas em algumas instituições, prejuízos não serão acrescidos à experiência de rompimento e ela terá a oportunidade de aprender a lidar com a situação (Katz, 1997; James, 1994; Jewett, 1994; Rutter, 1985; Bowlby, 1951/1995).

Durante os anos de 2001 a 2003, foi ministrado pelo Projeto Semear um curso para profissionais que trabalham em casas abrigo⁵ (educadores, técnicos e outros funcionários) e um dos objetivos deste curso era refletir sobre as perdas envolvidas no processo de institucionalização. No contato com estes profissionais, chamava atenção a surpresa com que reagiam na aula, sobre crianças enlutadas, e a expectativa que tinham de que as crianças não reagissem às perdas. Não compreendiam, por exemplo, que as perdas pelas quais passam estas crianças podem estar relacionadas às reações que elas apresentam, com as quais têm dificuldade em lidar. Havia a expectativa de que as crianças não reagissem à separação de seus pais e à institucionalização, o que pode ser observado nestas falas:

Elas são agressivas, parece que queriam continuar na rua; a gente faz tudo para elas e não dão valor; eles são todos problemáticos, tem os que choram ou brigam o tempo todo e tem aqueles que ficam quietos, não falam nada, nem quando a gente pergunta; é melhor a criança esquecer a família.

Também encontra-se, entre os educadores, a idéia de que é prejudicial para a criança saber sobre sua história. Cuidadores podem tentar apagar lembranças, ou omitir-lhe fatos, pois pensam que a criança é muito frágil e nova para compreender o que está acontecendo. Há o medo de que, caso a criança saiba de sua história, possa repetir os comportamentos indesejados dos pais, ou ficar muito triste e “piorar”. A dificuldade, muitas vezes, está no cuidador em lidar com as emoções advindas destas situações. Segundo Jewett, (1994), as fantasias que a criança pode ter a respeito de sua história de

⁵ Curso para Educadores – Módulo I, ministrado e coordenado pela autora e por Luciana Mazorra.

vida, podem ser mais assustadoras que a realidade. Além disso, saber exatamente o que foi perdido, como e por quê, é essencial para que o luto possa ser elaborado.

Uma criança institucionalizada tinha uma única pessoa da família que tinha seu paradeiro conhecido: um irmão que estava na prisão. Uma foto 3X4 deste irmão ficava colada junto à cabeceira da cama dela até que uma educadora mandou que ela tirasse dali, pois “não adianta nada ficar lembrando de um irmão que está preso. Ele nunca vai fazer nada por você. Esquece ele, não é boa influência ter um irmão assim”.

Outra concepção errônea é a de que, para se adaptar a uma nova situação, a criança precisa desligar-se e desfazer-se dos vínculos anteriores. Profissionais envolvidos nos processos de institucionalização e adoção crêem que, para ser adotada, a criança deve esquecer os laços que formou até então: dos pais biológicos à instituição, tudo deve virar passado e não estar presente na história da criança. Segundo James, (1994) querer que a criança se desfaça de algo que era ligado à família anterior é como pedir para um naufrago desfazer-se de um pedaço do casco que o segura em alto-mar.

Um profissional que intermediava um processo de adoção disse que estava com muito medo de que uma criança levasse para a casa dos pais adotivos uma carta de despedida que a mãe social dera a ela. “Quando ela deixou a carta comigo eu pensei: Graças a Deus, ela vai se esquecer de tudo isso”.

De outra forma, há instituições que, mesmo após a criança ou adolescente ser desabrigado, continuam sendo um local de referência, um porto seguro, como é a figura de apego. Estas instituições são procuradas, quando aqueles que lá viveram parte de sua vida querem contar algo ou pedir ajuda, por exemplo. Isto ocorre porque a instituição se coloca disponível a este contato, não reproduzindo o abandono diante do desabrigamento.

Um adulto de quarenta anos de idade ainda volta à instituição, onde morou dos dez aos dezoito anos, para pedir conselhos aos profissionais que lá trabalham. Outro, que saiu há poucos anos de lá, volta para comemorar o aniversário e para mostrar a nova namorada. E são sempre bem recebidos.

A instituição e as pessoas que nela trabalham estão constantemente em contato com o sofrimento advindo dos rompimentos de vínculos. Mesmo quando a situação é resolvida de modo favorável para a criança, por exemplo, no caso de processos de adoção bem sucedidos, há uma dificuldade de lidar com os sentimentos e reações presentes. Quando a criança vai embora, os profissionais envolvidos podem sentir-se abandonados, podendo atuar para que ela não vá.

Ele está triste, não está querendo ir (com os pais adotivos). Disse que vai ter saudades de mim, olha só, ele não quer ir, acho melhor ele não ir – dizia uma mãe social.

Por outro lado, quando conseguem entender que é necessário apegar-se e depois desapegar-se e que sentimentos e reações difíceis fazem parte deste processo, parecem sentir-se realizadas. Outra mãe social disse uma vez a uma técnica de uma casa abrigo quando a criança de quem ela cuidou por dois anos foi adotada:

Olha lá ele indo com a nova mãe, olha que menino bonito eu criei. A gente fica triste, mas faz parte da vida. Espero que ele me ligue e venha me visitar quando tiver saudades. Pode me mandar mais uma (criança) que eu vou cuidar do mesmo jeitinho.

Uma possível compreensão para as ações que acabam por reproduzir, ou incrementar a situação de abandono nas instituições, é a tentativa, muitas vezes inconsciente, de evitar o sofrimento dos profissionais envolvidos, com a utilização de mecanismos de defesa como, por exemplo, negação e cisão. Isto pode ser observado nos momentos em que negam que esteja acontecendo um rompimento, não falando sobre ele, evitando, assim, ter que entrar em contato com sentimentos dolorosos.

Uma criança iria voltar para a casa de sua mãe e a educadora com quem tinha maior ligação ainda não havia falado com ela sobre o assunto. Dizia preferir não se despedir e não havia pensado que, apesar dela estar indo embora, a ligação poderia permanecer com visitas, telefonemas, cartas.

Os profissionais sofrem, muitas vezes, porque se apegam às crianças e, como são desabrigadas, também acabam vivenciando rompimentos. Sofrem também porque trabalham com histórias tristes e difíceis e, com frequência, identificam-se com o que as crianças vivem, reconhecendo-se nas situações de abandono. Isto aponta para a necessidade de apoio a estes profissionais, para poderem vivenciar e enfrentar os rompimentos.

Alguns trabalhos que tratam sobre a institucionalização e sobre as instituições que acolhem as crianças (Guirado, 1980, 1986; Marin, 1999; Cunha, 2003) apontam para a visão de que muitas instituições brasileiras atuais não são consideradas adequadas para a criança crescer, embora, muitas vezes, seja uma solução mais viável do que a criança permanecer com a família. Do ponto de vista do rompimento de vínculos, situação que funda todas as instituições, as casas abrigo, da maneira em que estão estruturadas, parecem não dar conta de permitir a elaboração destas vivências. Há dificuldade em lidar com o tema, com o sofrimento da criança, falta de suporte e desinformação sobre como podem trabalhar estas questões.

Caminhos possíveis: rompendo e formando vínculos

A instituição pode ser um bom lugar para a criança crescer. Esta frase era dada no Curso para Educadores para ser discutida e, intencionalmente, causava certa polêmica. Os educadores ficavam ambivalentes em relação a esta afirmação. Por um lado, não concordavam, pois compartilham da idéia de que só a família constitui um bom lugar para a criança. Por outro, pensavam que a afirmação pode ser correta, que podem realizar um trabalho importante e, pensar nisso, faz com que percebam que trabalham com algo positivo, dentro de tantas dificuldades, sentindo-se mais motivados com sua atividade.

Para que a instituição seja uma alternativa positiva, diante de uma família que não tem condições de cuidar de sua criança, é preciso ser um lugar que não incremente as histórias de rompimentos já existentes. É necessário que as perdas, pelas quais a criança e os profissionais da instituição passam, e a necessidade de um processo de luto por estas perdas sejam reconhecidas. Quando se aceita a situação pela qual a criança está passando, o luto pelo abandono, é mais fácil oferecer o suporte adequado. Se a casa abrigo não conhece o tamanho do sofrimento, tentando muitas vezes esconder a história da criança, pode não validá-lo, o que aumenta o sofrimento e a dificuldade de lidar com ele (Katz, 1997). Independentemente da condição de risco vir do meio externo ou do meio interno, a criança pode não conseguir sair desta situação sozinha, e as pessoas com quem ela passará a conviver na instituição, na escola e em outras atividades serão muito importantes nesta etapa.

O modo como são vivenciadas as mudanças na vida da criança abandonada, no que diz respeito aos vínculos estabelecidos (institucionalização, desinstitucionalização, mudança de instituição, adoção), é de vital importância para o restabelecimento da sensação de continuidade, do senso de coerência e da auto-estima. Fatores que podem influenciar, nestes aspectos, estão menos ligados aos rompimentos e mais atrelados ao modo como a criança os enfrenta, a como os adultos a seu redor lidam com estas situações e às oportunidades de reconstruir e construir novos laços.

Nas experiências adversas, é possível que fatores de proteção adequados superem os efeitos da exposição a fatores de risco e adversidades. A escola, as relações na instituição, a existência de relações positivas, seguras, de confiança e de afeto, psicoterapia, possibilidade de ter sucesso nas atividades desempenhadas, o relacionamento com a família adotiva, cada uma destas variáveis pode proporcionar a proteção necessária e a oportunidade para estas crianças desenvolverem senso de

confiança, possibilidade de elaborar suas vivências e reconstruir um futuro com relações saudáveis.

Do mesmo modo, o senso de desconfiança no mundo e nas relações ficará ainda mais fortalecido se as experiências forem frustrantes e/ou negativas, como mudar muitas vezes de instituição, estudar numa escola onde não haja um olhar que permita que as dificuldades sejam sanadas, ou que reforce estas dificuldades, falta de oportunidades para desempenhar atividades bem sucedidas, não estabelecimento de um vínculo seguro com a família adotiva. Há, portanto, a necessidade e possibilidade de prover fatores protetores à repetição de adversidades na vida destas crianças. E a experiência vivida na institucionalização tem influência elevada para que isso ocorra.

É essencial que se pense na instituição como um lugar que não agrave a história de perdas da criança e, além disso, que possa ser um bom lugar de se morar, que possa fazer parte de sua história, não constituindo apenas uma função de passagem, mas uma experiência de segurança e crescimento, independente do tempo de permanência nela.

Estudiosos do luto na infância (Jewett, 1994, Worden, 1998) recomendam que uma pessoa de confiança deva conversar e ficar com a criança, diante da ausência dos pais, para não aumentar a sensação de insegurança. A criança que vai para a instituição não tem esta possibilidade, pois tudo para ela é novo, desconhecido. Neste caso, a pessoa que será responsável pela criança, enquanto ela estiver ali, deve buscar a possibilidade formar uma relação de confiança e estar presente sempre que possível.

Independente das causas da separação, ou rompimento é importante conversar com a criança a respeito delas, com o objetivo de não incrementar sua culpa, sentimento comumente presente. Deixar claro, para a criança, quais foram as circunstâncias que resultaram no abrigamento e explicar o que vai acontecer dali em diante é dar-lhe a possibilidade de compreensão e significação de sua vivência, bem como do reestabelecimento da confiança perdida.

Quando é dada a oportunidade para os cuidadores (inclusive os pais biológicos) se despedirem da criança, desejarem que fiquem bem, explicar que não houve outra maneira desta situação acontecer, há benefícios para todos os envolvidos. A criança terá oportunidade de entender melhor o que está acontecendo, não terá alimentada a fantasia de que ela é responsável pelo ocorrido e de que poderá voltar à situação antiga. Os cuidadores terão a oportunidade de expressar seus sentimentos a respeito da decisão tomada e também de preparar-se para um novo recomeço, sem aquela criança (Jewett,1994; James, 1994).

A criança que é preparada para ser institucionalizada, cuidada por outras pessoas, ou adotada, pode ter mais chance de dar continuidade à vida, mesmo que ainda permaneça dúvidas a respeito de seu futuro. Para isso, o primeiro passo é mantê-la ciente do que vai lhe acontecer, sendo honesto ao passar as informações. Mesmo que não se saiba exatamente o que vai acontecer, é necessário contar-lhe a respeito do que é previsto, até que estas situações se concretizem: com quem vai ficar; quem vai cuidar dela, como poderá pedir ajuda e esclarecer dúvidas. Não ter respostas para algumas situações é muito provável, e a criança também pode ser informada disso, assim como sobre as alterações daquilo que era previsto. Não se trata de estabelecer um manual, ou um conjunto de regras a serem seguidas pelas pessoas envolvidas na institucionalização da criança, mas de discutir práticas e técnicas que possam colaborar para que o processo de enfrentamento das perdas vividas seja adequado e que prejuízos não sejam adicionados, podendo colocá-la numa situação de risco.

Retomam-se, aqui, algumas atitudes, colocadas ao longo deste capítulo, que podem ser profilaticamente desempenhadas pelos adultos envolvidos no processo de abrigamento e desabrigamento da criança, que passa por uma situação de abandono:

- **saber sobre o que acontece quando perdemos alguém, reações e sentimentos envolvidos, para poder entender as manifestações da criança e conversar sobre elas;**
- **prover ambiente seguro;**
- **evitar novos rompimentos;**
- **tolerar a expressão de reações intensas como raiva, sem que ela se machuque, ou machuque alguém, por exemplo;**
- **possibilitar e acolher a expressão dos sentimentos;**
- **conversar honestamente e responder a suas perguntas;**

- **responsabilizar uma pessoa de confiança da criança por estas conversas;**
- **alertar para que o cuidador não apresse o processo, mas esteja sempre presente;**
- **incluir a criança nas decisões sempre que possível;**
- **alertá-la sobre as mudanças de planos;**
- **explicitar tudo o que for possível e conhecido;**
- **ajudar a criança a fazer rituais de despedida e a buscar significados;**
- **identificar e providenciar ajuda profissional quando necessário;**
- **fornecer suporte aos profissionais envolvidos.**

Há algumas técnicas⁶ que podem ser úteis neste processo, principalmente no que se refere a ajudar a criança a: (a) expressar seus sentimentos; (b) retomar um certo controle sobre o que vai acontecer com ela; (c) ter sua história de vida preservada, ou reconstruída.

Uma técnica considerada bastante interessante para ser utilizada com crianças que possuem experiências de rompimentos de vínculos é a construção de um livro da história da criança junto com ela, utilizando fotografias, desenhos e escritos. Esta técnica, e variações dela, é utilizada com sucesso, em algumas instituições. Neste livro, que pertencerá à criança, são incluídas todas as etapas de sua vida, como por exemplo, como era sua família antes dela nascer, como foi enquanto permaneceu com a família de origem, para onde foi e quem foram as pessoas importantes a quem se ligou durante o período em que ficou em instituições e o que mais aconteceu com ela. Se houver períodos dos quais não se tem informação, situação não incomum a estas crianças, deve-

⁶ Para saber mais, ver James (1994), Jewett (1994), www.fazendohistoria.com.br

se incluir esta lacuna na história. Também é possível preencher com o que se imagina que pode ter acontecido. Pode-se finalizar o livro com o que se espera que aconteça, ou deixá-lo para continuar sendo escrito ao longo dos acontecimentos. Ter conhecimento de sua história de vida é fundamental para o enfrentamento e a elaboração dos vínculos rompidos, bem como para reconstrução e continuação desta história.

É importante ressaltar que, como diz Jewett (1994), apesar de podermos dar todas as explicações possíveis, tentando transmitir segurança e confiança à criança e, apesar de os adultos envolvidos acharem que a nova situação oferece muitos benefícios, isso não quer dizer que a criança irá concordar e ajustar-se rapidamente à nova situação sem rejeitá-la, sem enlutar-se pela família antiga e sem desejar que pudesse reunir-se novamente a ela.

Crianças institucionalizadas podem não desenvolver, ou ter problemas futuros reduzidos, se a institucionalização ajudar no processo de recuperação. As crianças precisam da própria capacidade individual de enfrentamento, mas a instituição, e tudo e todos que estiverem envolvidos neste processo, têm a possibilidade de prover grande parte dos fatores de proteção.

A partir destas reflexões, tornam-se necessárias muitas outras, com o intuito de desenvolver políticas de prevenção e intervenções adequadas, na tentativa de aumentar os fatores de proteção e reduzir os fatores de risco para a saúde mental. Há a necessidade de se aproximar das histórias das crianças institucionalizadas, conhecer o modo como vivenciam o processo de institucionalização e o processo de luto que o acompanha, visando incrementar a possibilidade de enfrentamento das situações adversas e a formação de laços afetivos.

Referências Bibliográficas

BOWLBY, J. (1960) Aflição e luto na infância e na primeira infância, in Littoral, (1999) *Luto de Criança*, Rio de Janeiro, Companhia Freud.

_____. ([1951]1964/1995) *Cuidados maternos e saúde mental*, São Paulo, Martins Fontes.

_____. (1969/1993a) *Apego*, vol.1 da Trilogia Apego e Perda, São Paulo, Martins Fontes.

_____. (1969/1993b) *Separação – Angústia e Raiva*, vol.2 da Trilogia Apego e Perda, São Paulo, Martins Fontes.

- _____. (1969/1993c) *Perda – Tristeza e Depressão*, vol.3 da Trilogia Apego e Perda, São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (1979/1990) *Formação e rompimento de laços afetivos*, São Paulo, Martins Fontes.
- BROMBERG, M.H.P.F. (1998) *Psicoterapia em Situações de Perda e Luto*, Campinas, Psy.
- CASELLATO, G. (2004) *Luto por Abandono: enfrentamento e correlação com a maternidade*, Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Psicologia Clínica PUC, São Paulo.
- CUNHA, S.A. (2003) *A história de uma criança abrigada: uma compreensão winnicottiana*, Dissertação de Mestrado, Psicologia Clínica, PUC-SP.
- FERREIRA, M.C.R. (1984) O apego e as reações da criança à separação da mãe – uma revisão bibliográfica, in *Cadernos de Pesquisa* (48): 3-19, fevereiro, São Paulo.
- GUIRADO, M. (1980) *A Criança e a Febem*, São Paulo, Perspectiva.
- _____. (1986) *Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono*, São Paulo, Summus.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA (2003) *Levantamento nacional os abrigos para crianças e adolescentes da rede de Serviço de Ação Continuada (SAC)*, Relatório de Pesquisa n.01, Brasília.
- JAMES, B. (1994) *Handbook for Treatment of Attachment – Trauma: problems in children*, Nova Iorque, Free Press.
- JEWETT, C. (1994) *Helping Children Cope with Separation and Loss*, Londres, Barsford.
- KATZ, M. (1997) *On playing a poor hand well: insights from the lives of those who have overcome childhood risks and adversities*, Nova Iorque, Norton.
- MARIN, I.S.K. (1999) *FEBEM, Família e Identidade – O Lugar do Outro*, São Paulo, Escuta.
- MAZORRA, L. e TINOCO, V. (2001) Curso para Educadores - Módulo I - *Apostila do Curso para Educadores - Módulo I*, material não publicado, São Paulo.
- PARKES, C.M. (1998) *Luto: Estudos sobre o Pesar na Vida Adulta*, São Paulo, Summus.
- RUTTER, M. (1979) Maternal deprivation 1972-1978: new findings, new concepts, new approaches. *Child Development*, 50, 283-305.
- _____. (1985) Resilience in face of Adversity: Protective factors and Resistance to Psychiatric Disorder. *British Journal of Psychiatry*, n.147, p. 598-611.

_____. (1993) Resilience: some conceptual considerations. *Journal of Adolescent Health*. Nova Iorque, nº14, dez, p. 626-631.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS [et al.] (2004) *Reordenamento de abrigos infanto-juvenis da cidade de São Paulo: construção da política interinstitucional de defesa dos direitos de convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes de São Paulo*. São Paulo, SAS.

WORDEN, J. W. (1998) *Terapia do Luto: um manual para o profissional de saúde mental*, Porto Alegre, Artes Médicas.

Site: www.fazendohistoria.com.br, acesso em 10/01/2005.